

**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção
em contextos contemporâneos.**

23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

**A classe trabalhadora paulista entre 1920 e 1940 e a educação não-formal: o caso
do PCB**

Lilian Zanvettor Ferreira

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O presente trabalho procurou compreender os espaços de participação política dos trabalhadores paulistas das décadas de 20 a 40 enquanto espaços de educação. Nos debruçamos mais precisamente sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), local de convergência de lutas dos trabalhadores na época e que alternou períodos de legalidade e ilegalidade. A pesquisa sugere que o espaço do partido pode ser considerado como um espaço agregador de diversos saberes, aprendizado, debate e crescimento entre os trabalhadores paulistas. Mais especificamente buscamos compreender a experiência do jornal A Classe Operária, órgão oficial do partido, e que tinha como intenção ser um espaço de divulgação das lutas operárias e também de participação operária e construção de conhecimento.

Palavras-chave: Educação; PCB; A Classe Operária

O pintainho humano
mal abandona a casca
atraca-se aos livros
e a resmas de cadernos.
Eu aprendi o alfabeto nos letreiros
folheando páginas de estanho e ferro.

Maiakovski

Introdução

Uma questão pessoal suscitou o desejo dessa pesquisa: quando da primeira eleição do presidente Lula no país, em 2002, o Brasil se dividiu entre os que o queriam no governo e os que o designavam de “analfabeto” por não ter frequentado a escola formal¹ - incapaz, portanto, no dizer de alguns, de ser um governante. Particularmente isso me foi bastante incômodo pois me debruçava sobre a pesquisa biográfica do Sr. Basílio Zanvettor², militante do Partido Comunista, preso juntamente com Carlos Marighella, Annita Axelrud, Samuel Kleiman e outros, por participação na reorganização do comitê regional do partido na zona leste paulistana em 1938 e encarcerado durante 8 anos no Presídio de Ilha Grande. Através de sua história de vida, que se imiscuía, por meio de fatos, contos e histórias, com a minha, sabia que Basílio Zanvettor não havia frequentado a escola formal. Conhecia a biblioteca pessoal que ele mantinha no porão de sua casa na zona leste paulistana e entendia que a falta de escolarização formal não estava relacionada a pouco estudo, ou mesmo à pouca compreensão do mundo. Assim, a pesquisa tomou um novo rumo: em que medida os estudos, as leituras de obras básicas socialistas, de revistas, boletins, e mesmo as discussões ocorridas no partido poderiam ser

¹ No ideário brasileiro ainda paira a diferença de valorações entre aquele que é intelectual e aquele que é trabalhador. Por sua característica de trabalhador sindicalista e nordestino, o senso de alguns grupos de interesse atribui a Lula a insígnia de analfabeto. Lula, no entanto, frequentou o ginásio e o curso técnico de torneiro mecânico no SENAI. Fonte: Instituto Lula. Disponível em <http://www.institutolula.org/biografia>

² Basílio Zanvettor, militante do Partido Comunista Brasileiro, avô materno da pesquisadora

consideradas como um processo educativo? Durante a pesquisa pude me debruçar sobre a questão da hegemonia em Gramsci, o que me fez entender o porquê da desvalorização desse tipo de estudo e conseqüentemente de coletivos por ele frequentado. O intelectual orgânico, no entanto, se fazia presente, nos estudos, nas discussões, na organização das células e na luta contra os governos autoritários.

Para o presente artigo, procuramos nos ater a experiência do jornal A Classe Operária, órgão oficial do Partido, inspirado na formulação leninista de um jornal colaborativo que fosse formador, além de informador. Nesse jornal, os trabalhadores eram incitados a escrever, debater, fomentar questões e se aprofundar nas obras teóricas do socialismo.

Pudemos aferir também, pela leitura do jornal, que a educação formal não é desvalorizada, é presente na vida desses trabalhadores, através de todo tipo de tentativas de certificação e frequência ao ensino formal.

Os Jornais Operários

Os jornais operários constituíram experiências concretas e vívidas da classe trabalhadora no Brasil desde fins do século XIX. Com a chegada dos imigrantes muitas foram as experiências de imprensa que tinham por intenção propagar os ideais anarquistas, denunciar condições de vida, estadia e trabalho no Brasil. Na cidade de São Paulo, no início do século XX, circularam inúmeros folhetins, muitos publicados nos dialetos italianos.

São Paulo, uma cidade economicamente importante para o escoamento da produção cafeeira para exportação, passou por forte processo de urbanização e aglomeração de trabalhadores, especialmente nos bairros periféricos, em torno das estradas de ferro, e dos terrenos alagadiços e baixos onde se instalaram as fábricas e indústrias criadas para suprir as necessidades da urbanização brasileira (ROLNIK, 2001).

A historiadora Maria Guzzo Decca traz, em sua pesquisa sobre o cotidiano operário paulista, que, na década de 1920-1930, 87% da população na cidade de São Paulo era de imigrantes. Essa população, alguns egressos do trabalho nas fazendas, outros vindo diretamente para a cidade, veio, na maioria das vezes, com as primeiras letras adquiridas na pátria natal. Aqui, encontraram condições de vida e trabalho bastante precárias. Entre 1917 e 1922, este último, ano de fundação do Partido Comunista, as greves e aglomerações de trabalhadores por melhores condições de trabalho eram intensas e constantes. A organização dos trabalhadores se fazia cada vez mais forte e a luta por direitos, através de greves, sindicatos e comícios era constante.

Os jornais de tendência anarquista, anarco-sindicalista, comunista, ou jornais de sindicatos, dos pequenos grupos socialistas ou antifascistas, eram parte integrante do cotidiano da cidade e do ponto de vista de como os trabalhadores viam seus problemas (DECCA, 1987, p. 97)

Os jornais e boletins operários tinham circulação intensa entre a classe operária e eram vistos como uma instância não só de informação, mas também de formação política. Segundo Saviani

Os ideais libertários difundiram-se no Brasil na forma das correntes anarquista e anarcossindicalista. Aquela mais afeita aos meios literários e está diretamente ligada ao movimento operário. Seus quadros provinham basicamente do fluxo imigratório e expressavam-se por meio da criação de um número crescente de jornais, revistas, sindicatos livres e ligas operárias. (SAVIANI, 2010, p.182)

Em 1925, três anos após a fundação do Partido Comunista Brasileiro, inicia-se a publicação do jornal A Classe Operária, com a intenção de ser um órgão de divulgação e reflexão oficial do partido. É preciso, como afirma Mattos (2009), compreender o alcance de um jornal operário à época. Para um jornal que ia contra o pensamento hegemônico, A Classe Operária tinha enorme tiragem. Com o auxílio do partido, dos próprios trabalhadores e simpatizantes, o jornal era editado e distribuído para leitura, desde o interior das fábricas até o campo.

Além da leitura, esses trabalhadores eram chamados a contribuir com o jornal, em especial na denúncia de condições de vida e trabalho, o que faz da Classe Operária um documento interessante para compreensão do cotidiano desses trabalhadores. Segundo Lacerda (1938), citado por Dainis Karepovs,

Até abril de 1937, editou-se A Classe Operária em São Paulo (mensal, com tiragem de cinco mil exemplares), Salvador (quinzenal, 2,2 mil exemplares) e no Rio de Janeiro (de janeiro a março de 1937, mensal com dois mil exemplares). (LACERDA, 1938 apud KAREPOVS, 2002. P.154)

A Classe Operária não tinha sede e tipografia próprias e se utilizava de gráficas emprestadas ou doadas pela imprensa comum. Se tornou ilegal em 1929, onde permaneceu por 16 anos, ainda publicando com extremas dificuldades (BRANDÃO, 1978). Em 1931, a pedido do partido, Otávio Brandão retoma os trabalhos do jornal e reforça a intenção clara de que ele deveria ser um órgão, não somente de divulgação, mas também de caráter colaborativo e educativo entre os trabalhadores e trabalhadoras.

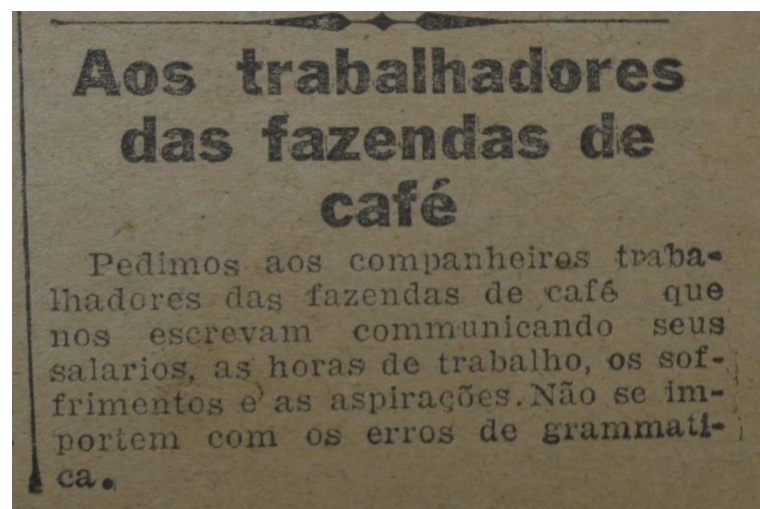
O PCB inspirou-se no Plano de um Jornal político para toda a Rússia, publicado no livro de Lênin, Que fazer?, e fundou, em 1925, sob estado de sítio o jornal legal das massas A Classe Operária. (BRANDÃO, 1978, p. 220)

Em um trabalho sobre a representatividade feminina na política, Bernardes (2007) estuda o papel de Laura Brandão, esposa de Otávio Brandão, na militância política. Nesse trabalho podemos entrever que Laura Brandão, apesar de não aparecer, não ter o nome figurando em nenhum local, foi fundamental nas atividades do jornal. Em alguns artigos, Laura Brandão já passa a figurar como co-fundadora de A Classe Operária, ao lado de Brandão e Astrogildo Pereira. A pesquisa de Bernardes aponta que uma das funções de Laura era editar e corrigir as cartas dos operários, o que reforça a colaboração constante dos trabalhadores como parte intrínseca das atividades do jornal e o seu papel de diálogo com e entre esses trabalhadores.

A colaboração, a leitura e a educação dos trabalhadores

A discussão sobre educação perpassa pela questão do jornal colaborativo de duas maneiras: a colaboração em si, como um processo de aprendizado e empoderamento de escrita e de apropriação do veículo de imprensa e, num segundo ponto, o processo de aprendizagem que se possibilita com a leitura propriamente dita do jornal. Nesse segundo sentido, o jornal parecia consciente da sua possibilidade em promover, entre as massas, leituras de cunho reflexivo.

Pensamos numa relação entre a apropriação do trabalhador pelo jornal e reflexão a respeito do seu conteúdo, ou seja, entendemos que a relação que o trabalhador tem com os diversos textos e escritos se retroalimentando para compreender o mundo e novamente colaborar será maior na medida em que se identifica com o veículo ou identifica o veículo como parte de sua atuação. Em vários números consultados pudemos observar que a participação, a escrita, o envio de notícias pela parte dos trabalhadores é instigado pelo órgão.



No jornal de 4 de julho de 1925 (Ano I), contamos vinte e cinco pequenos artigos de trabalhadores, todos em tom de denúncia das condições de vida, trabalho e salário.

As denúncias variam desde descumprimento às leis por parte dos patrões, até a insalubridade no ambiente de trabalho (falta de janelas, de local para alimentação, falta de ventilação, intoxicação por gases tóxicos), passando por denúncias de excesso de trabalho dos "juvenis", além de violência por parte dos patrões e encarregados da fábrica, inclusive violências de gênero.

Em 1925, apesar do estado de sítio decretado pelo Presidente Artur Bernardes desde 1922, e as difíceis condições para a luta operária, o jornal está em legalidade. Os nomes dos artigos, em sua maior parte, estão assinados. Alguns artigos são identificados por grupo ou classe ("Trabalhadores dos Trapiches", "Um grupo de Vassouzeiros", "Os pequenos operários da estamperia Bonavita"). Já no Ano XII, 1936, nenhum artigo é assinado, apenas as iniciais são grafadas.

Em 1929 o jornal A Classe Operária foi fechado (...) boicotado pelas tipografias, mergulhou na vida ilegal durante 16 anos de combates heroicos. (BRANDÃO, 1978, p. 362)

Em seu livro de memórias, Brandão afirma que o jornal continuou a ser editado após 1929 apesar das dificuldades e de maneira irregular. Não foi possível, no entanto, encontrar a série de jornais dos anos 30. Para a historiografia tradicional o Brasil passa por uma ditadura após o golpe dado por Getúlio Vargas em 1937. Sabemos, no entanto, que recrudescem as perseguições e aprisionamento dos militantes desde muito antes- O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), por exemplo, foi criado em 1924. No depoimento de Elvira Boni, militante anarquista e colaboradora do PCB, é possível compreender que a perseguição era sentida vivamente pelos militantes desde muito antes da implementação oficial do estado de exceção.

O Ensino formal

Em 1920 o ensino e a alfabetização da população pobre já era alvo de políticas públicas nacionais e de intensa preocupação das elites. Inspiradas pelos ideais higienistas, várias foram as reformas e decretos voltados para a ampliação do acesso à educação formal.

A reforma de 1920, apresentava-se de forma muito mais ousada, pois já não bastava dar instrução completa para alguns, urgia alfabetizar todos. Tratava-se então de regenerar a república, nacionalizar o país, e para isso, a escola poderia ser mais simples e rápida- dois anos eram suficientes para o ensino primário. Sim, por que Sampaio Dória entendia a alfabetização do povo como "questão nacional" por excelência" do

que decorreria a formação do caráter nacional, a integração dos migrantes e a subordinação à ordem e ao trabalho. (MACHADO, 2009, p. 54)

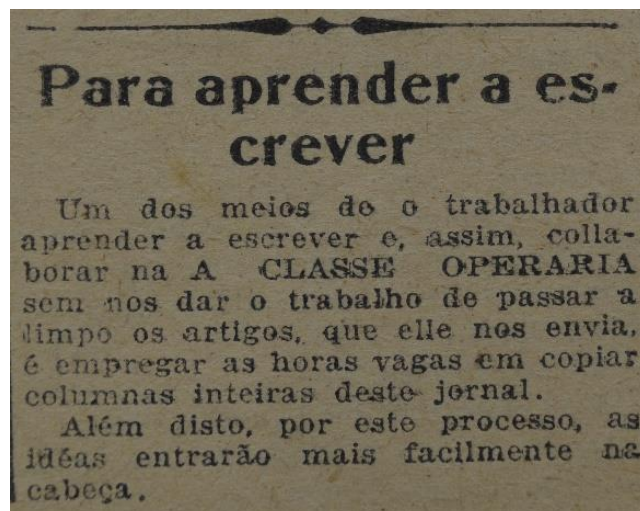
Segundo dados do Censo, colhidos através de documento do INEP, em 1920, 65% da população brasileira era analfabeta. No trabalho de Machado (2009) levanta-se, na São Paulo de 1920, a existência de apenas um ginásio público mantido pelo governo, contra 40 escolas privadas. A classe trabalhadora paulista vivia pobremente. Segundo Decca (1987), os salários eram consumidos quase em sua totalidade pelos alugueiros das habitações precárias, deixando pouco para alimentação, vestuário e higiene. Toda a família, de pais a crianças, ingressava para o trabalho insalubre das fábricas, não atingindo, mesmo assim, o mínimo para subsistência. É fato, portanto, que, mesmo alfabetizados (e muitos dos imigrantes já aportaram alfabetizados) o acesso à escola e à escolarização era vetado a essas camadas populares.

Retomamos Willis no refletir que a escola, para a classe trabalhadora, nem sempre é uma opção, e deixar de frequentá-la pode não ser também um problema

O abraçar o trabalho manual não é uma experiência de absoluta incoerência, na qual os indivíduos deixam de ter uma visão lúcida por causa de influências culturais perversas, assim como não é uma experiência de atávica inocência, profundamente marcada por ideologias pré-estabelecidas. Ela tem a natureza profana de si própria: ela não se apresenta nem sem significado, nem com o significado dos outros. (WILLIS, 1991, p. 210)

Para esses homens e mulheres do trabalho, nessa época, o partido acaba por ser o local de encontros, estudo, lazer, de construção de ideias e de aprendizado.

Ao nos debruçarmos entre os números do jornal dispostos no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, pudemos notar que as falas e escritos sobre a educação são recorrentes. Além das chamadas para a colaboração escrita do trabalhador, indicações de leituras e modos de compreender o contexto político também se fazem presentes.



Leituras para trabalhadores	
PARA AS MASSAS	
Evangelho dos livres.....	\$200
Programma da I. S. V. (em hespanhol)	1\$200
Tres annos de luta da I. S. V. (em hespanhol)	\$200
PARA A VANGUARDA	
Anarchismo e comunismo — Bukharine	\$200
Manifesto de Marx — Engels.	\$500
Russia Proletaria	3\$000
Revisia do P. C. — cada n. e \$500.	\$300

Pedidos, acompanhados da respectiva importancia, a A. A. Brazil de Mattos — rua Marechal Floriano Peixoto n. 172, 1º andar — Rio de Janeiro.

Os artigos às vezes vinham explicitar o problema da falta de instrução das crianças, às vezes divulgar cursos noturnos e associações de ensino. Pôde-se observar também, a valorização das iniciativas educativas dentro das prisões (Presidio Maria Zélia e Colônia Correccional de Ilha Grande. Não foram achados registros sobre o presidio de Fernando de Noronha) e entre os presos políticos que, ao montar bibliotecas e grupos de estudo, no dizer dos jornais, resistiam.

Para além do jornal como experiência educativa *per si*, em seu fazer colaborativo, o discurso e a reflexão sobre educação, no periódico, foi uma constante. As falas sobre o assunto da educação são recorrentes, variadas e perpassam diversos artigos. Em 27 de junho de 1925 lê-se sobre a educação das mães operárias

É preciso que os companheiros ensinem as primeiras letras às companheiras, caso ellas não o saibam. A mulher analphabeta é um sério obstáculo à obra de transformação(...). Desde que a companheira saiba ler, é tratar de iniciá-la imediatamente na theoria proletária. Aliás, ela poderá desenvolver a leitura nos próprios livros marxistas. (A Classe Operária, 1925)

Em maio de 1928 um artigo procura levantar questões para o jovem proletário. Nesse artigo, fica implícito que o emprego na condição de aprendiz, é remunerado de maneira inferior.

Jovem proletário. Onde trabalhas? Tem muitos companheiros? Quantas horas trabalhas? Qual é o teu salário? Quantas horas dormes? Como é a tua cama? Os pagamentos são pontuaes? És aprendiz, ou, és apenas roubado como aprendiz? (A Classe Operária, 1928)

Em janeiro de 1938 no Manifesto de Convocação para o IV Congresso do PCB, que foi lançado como folha suplementar ao jornal, entre outras propostas, figuram ideias sobre a educação da juventude:

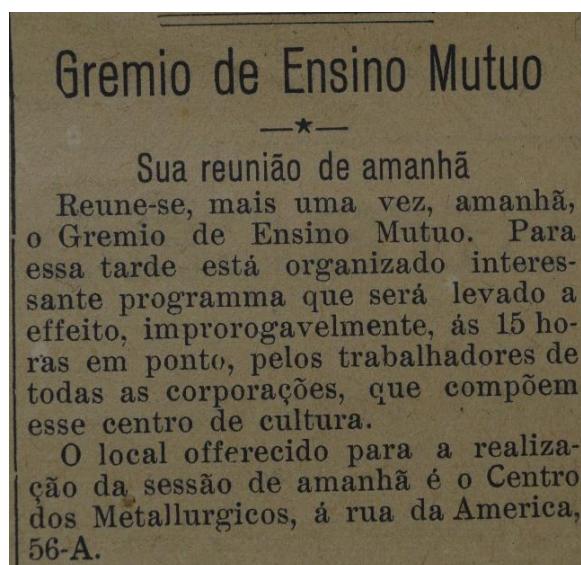
Um programa que abrisse a mocidade brasileira maiores horizontes, para a concretização de suas sentidas aspirações deveria compreender uma campanha juvenil pela cultura popular ampla, pela proteção, a recreação e ao esporte dos jovens. (A Classe Operária, 1938)

Ao folhear o jornal é visível uma valorização do ensino em todas as suas formas. Associam-se aos artigos e reflexões sobre educação, notas de divulgação sobre oportunidades educativas como associações de ensino mútuo, escolas noturnas e de aprendizado técnico - metalurgia, alfabetização nos sindicatos.

Há ainda, as chamadas para leituras de base e para a conscientização da importância do debate entre companheiros no lar e na fábrica.



A ESCOLA DOS METALLURGICOS
. A comissão dirigente desta escola participa a todos os associados da União que as suas aulas se encontram em pleno funcionamento. As materias lecionadas em suas aulas são as seguintes: aulas praticas e theoricas de motor a explosão, geometria, portuguez, arithmetica e calculos de abrir roscas ingleza e franceza em torno mecanico.
As inscrições estão abertas em nossa séde social, todos os dias uteis, das 19 ás 21 horas.
A comissão dirigente.



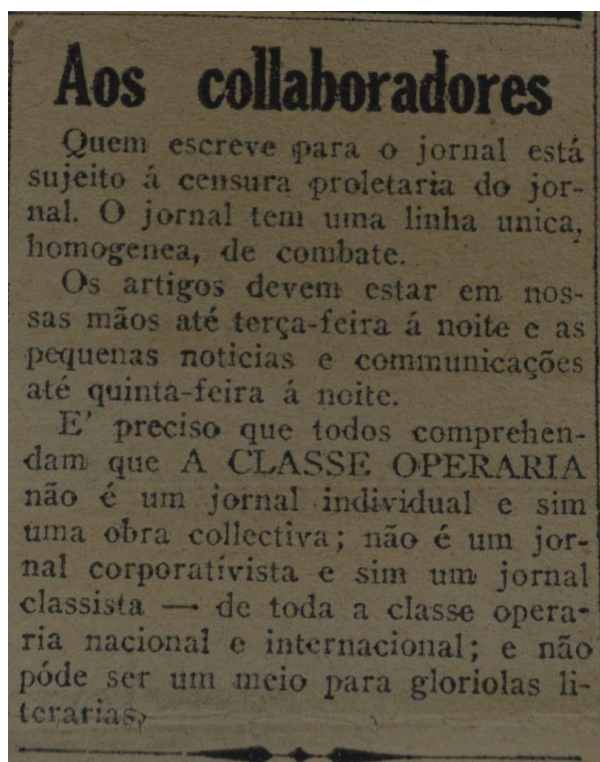
Gremio de Ensino Mutuo
—★—
Sua reunião de amanhã
Reune-se, mais uma vez, amanhã, o Gremio de Ensino Mutuo. Para essa tarde está organizado interessante programma que será levado a effeito, improrogavelmente, ás 15 horas em ponto, pelos trabalhadores de todas as corporações, que compõem esse centro de cultura.
O local offerecido para a realização da sessão de amanhã é o Centro dos Metallurgicos, á rua da America, 56-A.

Pudemos perceber, portanto, que a educação em seu sentido escolar, não era desvalorizada e estava presente na vida desses trabalhadores do partido através de todo tipo de tentativas de certificação e frequência ao ensino formal. Percebeu-se, no jornal, um constante retorno ao assunto da necessidade de alfabetização, alfabetização das mulheres e crianças, escolarização da juventude e ensino especializado, voltado à profissionalização

Contradições

Embora declarada por Otavio Brandão a intenção de escrita coletiva, ao observarmos a publicação, notamos que a colaboração dos trabalhadores mostra um recorte bastante restrito e

utilitário. Dos artigos de trabalhadores publicados no jornal do dia 4 de julho de 1925 todos eles se referiam às condições de vida, de trabalho e emprego. Mesmo que o discurso de desejo de libertação dos trabalhadores pelo jornal seja frequente, na prática, os artigos de opinião, as reflexões literárias, as discussões sobre política se mostram vedadas ao trabalhador comum, sendo feitas prioritariamente pela chamada vanguarda operária.



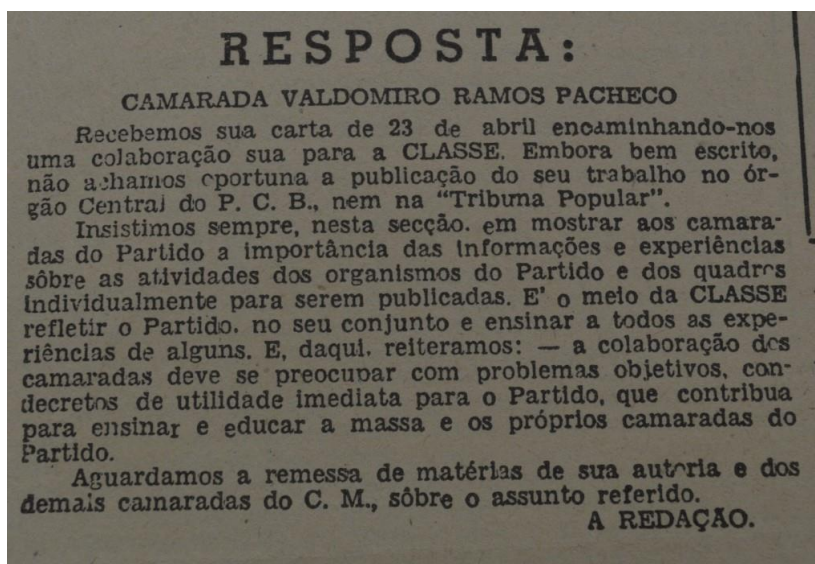
Aos colaboradores

Quem escreve para o jornal está sujeito à censura proletária do jornal. O jornal tem uma linha única, homogênea, de combate.

Os artigos devem estar em nossas mãos até terça-feira à noite e as pequenas notícias e comunicações até quinta-feira à noite.

É preciso que todos compreendam que A CLASSE OPERÁRIA não é um jornal individual e sim uma obra coletiva; não é um jornal corporativista e sim um jornal classista — de toda a classe operária nacional e internacional; e não pode ser um meio para gloriolas literárias.

Como exemplo, temos a resposta publicada no jornal de 1945 a Valdomiro Ramos Pacheco. Ao que parece o texto de caráter literário não encontra abrigo no jornal, diminuindo assim, ao nosso ver, a possibilidade educativa e colaborativa do mesmo.



RESPOSTA:

CAMARADA VALDOMIRO RAMOS PACHECO

Recebemos sua carta de 23 de abril encaminhando-nos uma colaboração sua para a CLASSE. Embora bem escrito, não achamos oportuna a publicação do seu trabalho no órgão Central do P. C. B., nem na "Tribuna Popular".

Insistimos sempre, nesta seção, em mostrar aos camaradas do Partido a importância das informações e experiências sobre as atividades dos organismos do Partido e dos quadros individualmente para serem publicadas. É o meio da CLASSE refletir o Partido, no seu conjunto e ensinar a todos as experiências de alguns. E, daqui, reiteramos: — a colaboração dos camaradas deve se preocupar com problemas objetivos, concretos de utilidade imediata para o Partido, que contribua para ensinar e educar a massa e os próprios camaradas do Partido.

Aguardamos a remessa de matérias de sua autoria e dos demais camaradas do C. M., sobre o assunto referido.

A REDAÇÃO.

Numa rápida busca, pudemos achar o nome Valdomiro Ramos Pacheco na Biblioteca de Literatura Digital da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), atribuindo a ele a profissão de poeta, jornalista, professor e filósofo. A resposta dada pelo jornal a Pacheco, contém em si uma contradição: ao mesmo tempo que o jornal se pretende um órgão coletivo, tem um espaço restrito de contribuição desses trabalhadores cujo corte parece ser mais político ideológico e menos educativo e cultural.

Resultados

O artigo sugere que os espaços de luta política entre os trabalhadores paulistas das décadas de 20 a 40 se configuraram como espaços de educação. Compreendemos que para os homens e mulheres do trabalho, na São Paulo da época, o partido era o local de encontros, estudo, lazer, de construção de ideias e também de aprendizados. Entendemos aqui que na luta desses trabalhadores ocorreu um processo educativo que pensamos significativo. Os processos de educação aqui sugeridos, em seu intermeio com a luta dos trabalhadores, podem ser compreendidos ao pensarmos a educação em uma gama maior de práticas sociais que ultrapassam aquilo que acontece dentro dos moldes escolares. Como vemos em Mazza, a educação entendida no seu sentido mais amplo

Em tais situações, o aprendizado não tem estreita com os bancos da escola formal e as diversas lições apreendidas sugerem uma escola da vida que vai inscrevendo, no corpo, algumas relações (práticas sociais) de conhecimento. (MAZZA, 1989, p. 32)

Toda a possibilidade educativa que vislumbramos no jornal, vem, porém, da prática da militância, das greves, das discussões dos trabalhadores e de seu envolvimento no pensamento político transformador. É a prática política a priori que torna, ou pode tornar um jornal operário vivo, é a lide do trabalhador que o faz compreender a importância das discussões ali apresentadas, da necessidade de submissão de artigos, da importância de um espaço de publicação.

A escolha de uma orientação- política, por exemplo- se faz por uma maneira de *fiat*, de "golpe existencial", sem nenhuma garantia teórica. Por sua vez, a prática e os interesses a que está ligada impulsionam a curiosidade teórica em tal ou qual direção, mas não influenciam a própria natureza da démarche teórica, pelo menos quando esta permanece fiel às exigências que a definem (DEBRUM, 2001, p.79)

A instrução certificada não foi, para muitos, alcançada, mas as experiências não formais, informais e formais não escolares, a escrita de artigos, leitura de livros, criação coletiva de células do partido eram espaços de educação, embora uma educação não

reconhecida pelo Estado e mesmo negada em seu direito, já que os tempos de ilegalidade do partido são, na verdade, maiores que os tempos de legalidade.

Referências

BATALHA, H. M. Claudio. **Identidade da Classe Operária no Brasil (1880-1920):** Atipicidade ou legitimidade?

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão:** a invisibilidade feminina na política. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e Batalhas:** memórias. Volume 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CANO, Wilson. **Da Década de 1920 à de 1930:** Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil in

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>

CARNEIRO, Tucci M. Luiza. **Os Arquivos da Polícia Política Brasileira.** Disponível em <http://www.usp.br/proin/publicacoes/artigos.php>

CARVALHO, M M C. **A Escola e a República e Outros Ensaio.** Ed Bragança Paulista: EDUSF, 2003. V. 1. 356 p.

CAVALIERE, Ana Maria. **Entre o pioneirismo e o impasse:** a reforma paulista de 1920. Revista de Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 27-44, jan. /Jun. 2003.

CHAUI, Marilena. **Ideologia e mobilização popular.** Rio de Janeiro. Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978

DEBRUN, Michel Maurice. **Gramsci; filosofia, política e bom senso.** Campinas, SP: UNICAMP, 2001

DECCA, M.A.Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano Operário em São Paulo 1920-1934.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização, industrialização.** Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1964

FERREIRA, Jorge Luiz- **A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas** in <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2302/1441>

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir,** Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1977

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora (Coaut. de). **Fazer escola conhecendo a vida.** 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995. 102p., il. (Coleção Krisis). Inclui bibliografia. ISBN 8530803124 (broch.).

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo.** 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2005.

_____; ARAÚJO, Maria Celina de. **Getulismo e Trabalhismo** Ática, São Paulo, 1989

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, 4ª Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1982.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, O Sermão e a Ordem do Dia**; Regime autoritário e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo, SP: Hucitec: Editora da UNESP, 2003.

KREUTZ, Lucio. **Escolas Étnicas no Brasil e a Formação do Estado Nacional: a Nacionalização Compulsória das Escolas dos Imigrantes (1937-1945)**. Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação- Mestrado- Universidade do Sul de Santa Catarina.

LACERDA, Fernando de. À propos de la presse de notre parti. Moscou, 6/01/1938 (PCB). In KAREPOVS, Dainis. **Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938**. São Paulo, SP: Hucitec: Editora da UNESP, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O que fazer?: problemas candentes do nosso movimento**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1984.

LUZ A.F., SANTIN J.R. **As relações de trabalho e sua regulamentação no Brasil a partir da revolução de 1930**, História, vol.29, no.2, Franca, 2010
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000200015>

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 a 1930**. Tese Mestrado . USP. São Paulo, 2009.

MARAM, S. Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

Mattos, Marcelo Badaró [resenha] **O PCB cai no samba: Os comunistas e a cultura popular (1945-1955)** Rio de Janeiro: Aperj, 2009.

MELLO, Marina P. A. **Não Somos Africanos ... Somos Brasileiros**. Povo Negro, Imigrantismo e Identidade Paulistana nos Discursos da Imprensa Negra e da Imprensa dos Imigrantes (1900-1924). *Dissensões e Interações*. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, USP, 2005.

ROLNIK, R. **São Paulo** - Coleção Folha Explica. 1. ed. São Paulo: PubliFolha, 2001.

RIBEIRO, Flávia M. F. **Memórias dos Cárceres**. Disponível em
www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a20.pdf

SAID, Ana Maria. **A Estratégia e o Conceito de Democracia em Gramsci e o PCB**. TESE, doutorado T/UNICAMP.

SAVIANI, Dermeval. **Historia das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. **“Companheiras!”**: As Mulheres e o Movimento Operário Brasileiro (1889-1930). Colóquios de História Canário Americana, v. 13, n. 13, p. 1458-1469, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A questão racial brasileira vista por três professores: Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira, Oracy Nogueira** in REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 168-179, dezembro/fevereiro 2005-2006.

SOUSA, Fábio da Silva. **Dos e para os Operários**. Questões metodológicas de pesquisa em jornais comunistas (El Machete e A Classe Operária) disponível em [http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revistahc/artigos/volume006_Num002_artigo003.pdf] acessado em 03/06/2015

_____. **Cultura Comunista, Revoluções e América Latina nas páginas de El Machete e A Classe Operária: O PCM e o PCB nas décadas de 1920 e 1930 (México e Brasil)**

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

VITA, Álvaro de. **Sociologia da sociedade brasileira**: livro do professor. São Paulo, SP: Ática, 1989.

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1991.